



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Adoecimento psíquico e precarização da vida no capitalismo

Laylla Kelly Duarte Silva¹

Camila Vitória do Carmo Apolinário Calazans²

Resumo: O presente artigo analisa o adoecimento psíquico como expressão da precarização da vida no capitalismo contemporâneo, evidenciando suas determinações estruturais e suas relações com o mundo do trabalho e as políticas sociais. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na perspectiva crítica, discute-se a intensificação da exploração, a individualização do sofrimento e a medicalização da vida. Destaca-se, ainda, o papel do Serviço Social na mediação dessas demandas, reafirmando a necessidade de uma atuação comprometida com a defesa de direitos e a transformação social.

Palavras-chave: adoecimento psíquico; precarização; capitalismo; serviço social.

Psychic illness and precarization of life in capitalism

Abstract: This article analyzes psychic illness as an expression of the precarization of life in contemporary capitalism, highlighting its structural determinants and its relations with labor and social policies. Based on a qualitative and bibliographic approach grounded in critical theory, it discusses the intensification of exploitation, the individualization of suffering, and the medicalization of life. It also emphasizes the role of Social Work in mediating these demands, reaffirming the need for professional practice committed to rights and social transformation.

Keywords: psychic illness; precarization; capitalism; social work.

1. Introdução

“A violência mais profunda é aquela que se naturaliza e passa a ser vista como parte da vida cotidiana” (adaptado de Slavoj Žižek). A partir dessa provocação, torna-se possível refletir sobre como o sofrimento psíquico, cada vez mais presente na vida contemporânea, tem sido banalizado e individualizado, como se fosse apenas uma questão interna do sujeito. No entanto, ao deslocarmos o olhar para além da aparência imediata, percebemos que esse adoecimento está profundamente enraizado nas condições materiais de existência, sendo produzido e reproduzido pelas contradições do capitalismo. Nesse sentido, compreender o sofrimento psíquico exige uma análise que ultrapasse explicações biologizantes ou moralizantes, situando-o no âmbito da questão

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. Email: laylla.k.silva@ufv.br

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. Email: camila.calazans@ufv.br

social e das desigualdades estruturais que marcam a sociedade contemporânea.

Nas últimas décadas, especialmente no contexto pós-pandemia de COVID-19, observa-se um crescimento significativo dos quadros de ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento psíquico, frequentemente tratados de maneira isolada, como falhas individuais ou incapacidades subjetivas. Entretanto, conforme argumenta Byung-Chul Han (2015, p. 23), *“a sociedade do século XXI não é mais disciplinar, mas uma sociedade do desempenho”*, na qual os sujeitos são constantemente pressionados a produzir, performar e se auto-explorar. Essa lógica intensifica sentimentos de inadequação, fracasso e exaustão, revelando que o adoecimento psíquico não pode ser dissociado das formas contemporâneas de organização do trabalho e da vida social. Assim, o sofrimento deixa de ser uma exceção e passa a ser uma expressão cotidiana de uma sociabilidade marcada pela competitividade e pela precarização.

Ao mesmo tempo, o avanço do neoliberalismo tem aprofundado processos de precarização da vida, impactando diretamente as condições de trabalho, renda e acesso a direitos sociais. Para Ricardo Antunes (2018), a reestruturação produtiva e a expansão de formas flexíveis e instáveis de trabalho têm produzido uma nova morfologia da classe trabalhadora, caracterizada pela insegurança e pela intensificação da exploração. Nesse cenário, o sofrimento psíquico emerge como uma das expressões mais evidentes dessas transformações, manifestando-se tanto no ambiente de trabalho quanto nas demais dimensões da vida social. Como destaca Christophe Dejours (1992), o trabalho pode ser tanto fonte de realização quanto de adoecimento, especialmente quando submetido a condições degradantes e desumanizantes, evidenciando a centralidade dessa categoria na compreensão da saúde mental.

Diante desse contexto, torna-se fundamental problematizar a tendência à medicalização da vida, que transforma questões sociais em problemas individuais, deslocando a responsabilidade das estruturas para os sujeitos. Tal processo contribui para a invisibilização das determinações sociais do sofrimento, reforçando uma lógica de culpabilização individual e enfraquecendo as possibilidades de enfrentamento coletivo. Conforme aponta Michel Foucault (2008), as formas de controle e regulação da vida passam, cada vez mais, pelo gerenciamento dos corpos e das subjetividades, operando por meio de dispositivos que produzem sujeitos adaptados às exigências do sistema. Assim, a medicalização não apenas trata sintomas, mas também atua como mecanismo

de manutenção da ordem social vigente.

Nesse cenário, o Serviço Social assume um papel fundamental na análise crítica e no enfrentamento dessas expressões da questão social, especialmente no campo da saúde mental. Inserido nas políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a rede de atenção psicossocial, o/a assistente social atua na mediação entre as demandas individuais e suas determinações estruturais, buscando garantir direitos e promover o acesso a políticas sociais. Como destaca Marilda Villela Iamamoto (2007), a profissão se fundamenta em uma perspectiva crítica, comprometida com a compreensão da realidade social em sua totalidade, o que implica reconhecer o sofrimento psíquico como uma expressão da questão social e não como um fenômeno isolado.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o adoecimento psíquico como expressão da precarização da vida no capitalismo contemporâneo, articulando suas determinações estruturais e os desafios postos ao Serviço Social. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada na tradição crítica, especialmente a partir do referencial marxista. A partir dessa perspectiva, busca-se contribuir para o debate sobre saúde mental, problematizando leituras reducionistas e reafirmando a importância de uma atuação profissional comprometida com a transformação social e a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

2. Capitalismo contemporâneo e precarização da vida

O capitalismo contemporâneo, especialmente em sua fase neoliberal, tem se caracterizado por um aprofundamento das desigualdades sociais e por uma reconfiguração das formas de exploração do trabalho, impactando diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Longe de representar apenas uma crise econômica, trata-se de uma crise estrutural que atravessa dimensões sociais, políticas e culturais, intensificando processos de insegurança e instabilidade. Conforme analisa David Harvey (2005), o neoliberalismo não apenas reorganiza a economia, mas redefine as relações sociais, promovendo a mercantilização da vida e a redução do papel do Estado na garantia de direitos. Nesse contexto, a precarização deixa de ser um fenômeno pontual e passa a constituir um elemento estruturante da sociabilidade capitalista contemporânea.

Essa precarização se expressa de maneira evidente no mundo do trabalho, que passa por profundas transformações marcadas pela flexibilização, informalidade e instabilidade. Segundo Ricardo Antunes (2018), vivenciamos o surgimento de uma nova

morfologia do trabalho, caracterizada pela ampliação de formas precárias de inserção laboral, como o trabalho intermitente, terceirizado e por plataformas digitais. O autor destaca que “o privilégio da servidão” se manifesta na naturalização de condições degradantes de trabalho, nas quais os sujeitos são levados a aceitar a exploração como única alternativa de sobrevivência. Essa dinâmica evidencia que o trabalho, ao invés de garantir proteção e estabilidade, tem se tornado um espaço de intensificação da vulnerabilidade social.

Paralelamente, observa-se a crescente responsabilização individual pelas condições de vida, característica central da racionalidade neoliberal. Nessa lógica, o sucesso ou o fracasso passam a ser atribuídos exclusivamente ao esforço pessoal, desconsiderando as determinações estruturais que limitam as possibilidades reais dos sujeitos. Como aponta Pierre Bourdieu (1998), o neoliberalismo impõe uma “utopia da exploração sem limites”, na qual a competição generalizada fragiliza os laços sociais e aprofunda a desigualdade. Dessa forma, a precarização não se restringe ao âmbito material, mas atinge também as dimensões simbólicas e subjetivas da vida social, produzindo sentimentos de insegurança, inadequação e fracasso.

Outro aspecto central desse processo é a intensificação da financeirização da economia, que subordina cada vez mais a vida social aos interesses do capital financeiro. Nesse cenário, políticas públicas são desmontadas ou reconfiguradas para atender às exigências do mercado, comprometendo a garantia de direitos sociais básicos. Conforme destacam Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2011), às políticas sociais passam a operar sob a lógica da focalização e da seletividade, restringindo o acesso e reforçando a desigualdade. Essa dinâmica contribui para o agravamento das condições de vida da população, especialmente dos segmentos mais vulnerabilizados, ampliando as expressões da questão social.

Além disso, a precarização da vida não pode ser compreendida sem considerar suas determinações históricas e estruturais, especialmente em países periféricos como o Brasil, marcados por um desenvolvimento dependente e por profundas desigualdades sociais. Nesse sentido, a divisão social, racial e sexual do trabalho assume um papel fundamental na reprodução das desigualdades, atingindo de forma mais intensa mulheres, populações negras e/ou periféricas. Tal realidade evidencia que a precarização não é homogênea, mas atravessada por múltiplas formas de opressão que se articulam no

interior do capitalismo. Assim, compreender a precarização da vida implica reconhecer sua dimensão estrutural e suas particularidades no contexto brasileiro.

Diante desse cenário, o Serviço Social se insere como uma profissão que lida diretamente com as expressões dessa precarização, atuando junto às populações que vivenciam cotidianamente as consequências dessas transformações. Conforme aponta Marilda Villela Iamamoto (2007), o trabalho profissional está intrinsecamente vinculado à questão social, o que exige uma leitura crítica da realidade e uma atuação comprometida com a defesa de direitos. Nesse sentido, compreender o capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre a vida social não é apenas um exercício teórico, mas uma condição fundamental para a construção de práticas profissionais que enfrentam, ainda que nos limites institucionais, as desigualdades produzidas por esse sistema.

Outrossim, é importante destacar que a precarização da vida não se limita às condições objetivas de existência, mas atravessa também as formas de sociabilidade e os modos de subjetivação. A insegurança constante, a instabilidade e a pressão por desempenho configuram um cenário no qual a vida se torna cada vez mais vulnerável e incerta. Nesse contexto, o sofrimento psíquico emerge como uma das principais expressões dessa realidade, evidenciando que as transformações no mundo do trabalho e nas políticas sociais têm impactos profundos sobre a saúde mental da população. Assim, analisar o capitalismo contemporâneo e a precarização da vida é um passo fundamental para compreender o adoecimento psíquico em sua dimensão social.

3. Adoecimento psíquico como expressão da questão social

O adoecimento psíquico, frequentemente tratado como uma questão individual ou biológica, revela-se, a partir de uma análise crítica, como uma expressão concreta das contradições sociais produzidas pelo capitalismo contemporâneo. Ao deslocar o foco do indivíduo para a totalidade social, torna-se possível compreender que *o sofrimento psíquico não emerge de forma isolada, mas está profundamente relacionado às condições materiais de existência e às formas de organização da vida social*. Conforme aponta José Paulo Netto (1996), a questão social se expressa nas múltiplas manifestações das desigualdades produzidas pelo capitalismo, sendo o sofrimento humano uma de suas dimensões mais evidentes. Nesse sentido, o adoecimento psíquico deve ser analisado como parte desse conjunto de expressões.

Na contemporaneidade, observa-se um aumento significativo de transtornos como ansiedade, depressão e síndrome de burnout, frequentemente são associados às exigências crescentes de produtividade e desempenho impostas pela lógica capitalista. De acordo com Byung-Chul Han (2015, p. 29), “*o sujeito do desempenho se explora a si mesmo até entrar em colapso*”, evidenciando que a autoexploração se tornou uma característica central das sociedades atuais. Essa dinâmica produz sujeitos permanentemente insatisfeitos, exaustos e culpabilizados, reforçando a ideia de que o sofrimento é resultado de falhas individuais, e não de um sistema que impõe condições desiguais e desumanizantes de vida.

Além disso, o mundo do trabalho desempenha um papel central na produção do sofrimento psíquico, especialmente em contextos marcados pela precarização e pela intensificação da exploração. Conforme analisa Christophe Dejours (1992), o trabalho pode gerar sofrimento quando há um descompasso entre as exigências impostas e as possibilidades reais dos trabalhadores, levando à perda de sentido e ao desgaste emocional. Nesse contexto, **o adoecimento psíquico surge como uma resposta às condições adversas de trabalho, revelando os limites de uma organização social que prioriza o lucro em detrimento da vida.**

Outro elemento fundamental para a compreensão desse fenômeno é a medicalização da vida, que transforma problemas sociais em diagnósticos individuais, deslocando a responsabilidade das estruturas para os sujeitos. Conforme discute Michel Foucault (2008), os dispositivos de poder atuam na produção de subjetividades, regulando comportamentos e normalizando determinadas formas de existência. Nesse sentido, *a medicalização opera como um mecanismo de controle social*, ao mesmo tempo em que invisibiliza as determinações estruturais do sofrimento, contribuindo para a *manutenção da ordem vigente*.

Essa lógica de individualização do sofrimento está diretamente relacionada à ideologia neoliberal, que reforça a ideia de autonomia plena dos sujeitos, desconsiderando as desigualdades estruturais que limitam suas possibilidades. Como destaca David Harvey (2005), o neoliberalismo promove a responsabilização individual, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado pela garantia de direitos sociais. Nesse cenário, o adoecimento psíquico é frequentemente interpretado como incapacidade individual de adaptação, o que contribui para a culpabilização dos sujeitos e para o

enfraquecimento das lutas coletivas por melhores condições de vida.

No contexto brasileiro, essa realidade se agrava em função das desigualdades históricas que atravessam a sociedade, especialmente aquelas relacionadas à classe, raça e gênero. Populações negras, periféricas e em situação de vulnerabilidade social são as mais afetadas pela precarização da vida e, conseqüentemente, pelo sofrimento psíquico. Tal cenário evidencia que *o adoecimento não é distribuído de forma homogênea, mas reflete as desigualdades estruturais que marcam o país*. Assim, compreender o sofrimento psíquico exige considerar essas múltiplas determinações, evitando análises reducionistas que desconsiderem a complexidade do fenômeno.

Diante desse contexto, o Serviço Social se coloca como uma profissão fundamental na mediação dessas demandas, atuando na interface entre as necessidades individuais e suas determinações sociais. Ao reconhecer o adoecimento psíquico como uma das expressões da questão social, o/a assistente social por sua vez amplia sua intervenção para além do atendimento imediato, buscando compreender e enfrentar as condições que produzem esse sofrimento. Conforme ressalta Iamamoto (2007), a atuação profissional deve estar comprometida com a análise crítica da realidade e com a defesa dos direitos sociais, o que implica problematizar as condições estruturais que impactam a saúde mental da população.

Outrora, é fundamental destacar que o enfrentamento do adoecimento psíquico não pode se restringir a intervenções individuais, sendo necessário fortalecer políticas públicas e estratégias coletivas que promovam condições dignas de vida. Nesse sentido, o Serviço Social tem um papel estratégico na construção de práticas que articulem o cuidado em saúde mental com a luta por direitos, contribuindo deste modo para a superação das desigualdades sociais. Assim, compreender o sofrimento psíquico como uma das expressões da questão social não apenas amplia o campo de análise, mas também fortalece a possibilidade de intervenção crítica e transformadora.

4. Serviço Social e saúde mental: desafios e possibilidades de intervenção

A inserção do Serviço Social no campo da saúde mental está diretamente vinculada às transformações históricas das políticas públicas brasileiras, especialmente a partir da *Reforma Psiquiátrica* e da constituição da *Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)*. Esse processo representou um avanço significativo ao romper, ao menos no plano normativo, com o modelo manicomial, propondo uma abordagem centrada no

cuidado em liberdade e na garantia de direitos. No entanto, é fundamental reconhecer que tais avanços convivem com limites estruturais impostos pelo próprio capitalismo, que tenciona permanentemente as políticas sociais. Nesse sentido, conforme analisa Iamamoto (2007), a atuação profissional se realiza em meio a contradições, exigindo uma leitura crítica da realidade e uma intervenção que vá para além do imediato.

No cotidiano profissional, o/a assistente social atua diretamente com sujeitos que vivenciam o sofrimento psíquico, muitas vezes em contextos marcados pela pobreza, pela violação de direitos e pela ausência de suporte estatal. Essa atuação exige compreender que as demandas apresentadas não são isoladas, mas expressam determinações sociais mais amplas. Como destacam Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2011), as políticas sociais, embora fundamentais, são atravessadas por disputas e limitações que impactam diretamente sua efetividade. Assim, o trabalho profissional não se restringe ao atendimento das demandas imediatas, mas envolve a mediação entre as necessidades individuais e os direitos sociais, buscando ampliar deste modo o acesso às políticas públicas.

Entretanto, a atuação do Serviço Social na saúde mental enfrenta inúmeros desafios, especialmente diante do avanço de perspectivas conservadoras e da precarização das políticas públicas. A insuficiência de recursos, a sobrecarga das equipes e a fragmentação dos serviços comprometem a qualidade do atendimento e limitam as possibilidades de intervenção. Além disso, a permanência de práticas medicalizantes e individualizantes dificulta a construção de uma abordagem crítica do sofrimento psíquico. Nesse cenário, como aponta José Paulo Netto (1996), torna-se fundamental reafirmar o compromisso da profissão com a análise das determinações estruturais da questão social, evitando reducionismos que desconsiderem a totalidade.

Por outro lado, o projeto ético-político do Serviço Social se apresenta como um importante instrumento de resistência frente a essas limitações, orientando a atuação profissional na defesa intransigente dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse projeto implica reconhecer os usuários como sujeitos de direitos, valorizando sua autonomia e promovendo sua participação nos processos de cuidado. Nesse sentido, o trabalho do/a assistente social na saúde mental deve buscar articular-se aos atendimentos às demandas imediatas com ações que visem a transformação das condições que produzem o sofrimento. Trata-se, portanto, de uma

atuação que combina dimensões técnico-operativas e político-críticas.

Dessa forma, o Serviço Social assume um papel estratégico na construção de práticas que rompam com a lógica da individualização do sofrimento, contribuindo para a construção de uma abordagem mais ampla e humanizada da saúde mental. Ao reconhecer o adoecimento psíquico como expressão da questão social, o/a assistente social amplia-se assim o seu campo de intervenção, articulando o cuidado em saúde com a luta por direitos e por melhores condições de vida. Deste modo, mesmo diante dos limites impostos pela realidade, a atuação profissional se configura como um espaço de resistência e de possibilidade de transformação social.

5. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que o adoecimento psíquico, longe de ser um fenômeno estritamente individual, constitui-se como uma expressão concreta das contradições do capitalismo contemporâneo. A precarização da vida, intensificada pelas transformações no mundo do trabalho, pela fragilização das políticas públicas e pela lógica neoliberal, cria um cenário no qual o sofrimento se torna parte constitutiva da experiência cotidiana da classe trabalhadora. Nesse contexto, interpretar o sofrimento psíquico apenas como um problema individual significa ocultar suas determinações estruturais, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

Ao evidenciar a relação entre capitalismo, precarização e adoecimento psíquico, este estudo reforça a importância de uma abordagem crítica que reconheça a centralidade da questão social na produção do sofrimento. Conforme discutido, a individualização e a medicalização da vida operam como mecanismos que deslocam a responsabilidade das estruturas sociais para os sujeitos, dificultando desta forma a construção de respostas coletivas. Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar essas tendências, ampliando o debate sobre saúde mental para além de perspectivas reducionistas e biologizantes.

No âmbito do Serviço Social, essa compreensão assume um papel ainda mais relevante, uma vez que a profissão atua diretamente com as expressões da questão social e com sujeitos em situação de vulnerabilidade. A atuação profissional, orientada pelo projeto ético-político, exige uma leitura crítica da realidade e o compromisso com a defesa de direitos, buscando superar práticas que reforcem a culpabilização dos

indivíduos. Assim, o/a assistente social tem o desafio de articular o atendimento às demandas imediatas com a análise das determinações estruturais que produzem o sofrimento, contribuindo para a construção de estratégias de intervenção mais efetivas e transformadoras.

Por fim, destaca-se que o enfrentamento do adoecimento psíquico demanda o fortalecimento das políticas públicas e a construção de respostas coletivas que garantam condições dignas de vida à população. Nesse processo, o Serviço Social se coloca como um agente fundamental na mediação entre as demandas sociais e a efetivação de direitos, atuando na perspectiva da emancipação humana. Dessa forma, reafirma-se a necessidade de aprofundar o debate sobre saúde mental a partir de uma perspectiva crítica, que não apenas compreenda o sofrimento em sua totalidade, mas também contribua para a transformação das condições que o produzem.

6. Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>.

AREOSA, João. **Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho**. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-330, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77288>.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A essência do neoliberalismo**. In: BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORBANEZI, Elton. **Sociedade do cansaço**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 335-342, set./dez. 2018. Resenha de: HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.141124>.

COSTA, Ana Paula Motta; SILVEIRA, Jordana Cabral. **Vidas precárias: o direito à vida como o direito à vida digna**. Sortuz: Oñati Journal of Emergent Socio-Legal Studies, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 80-94, 2022. Disponível em: <https://opo.iisj.net/index.php/sortuz/article/view/1331>.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES-SOUZA, Ronaldo; TRAMONTANO, Marcelo Claudio. **Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais**. [S. l.: s. n.], 2023.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. *Breve história do neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MEIRELES, Ildenilson. **Precariedade e biopolítica: uma leitura do dispositivo de segurança em Michel Foucault**. Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, Montes Claros, v. 16, n. 1, p. 232-248, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/238>.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

RAMOS, Juliana Pohlmann. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: análise crítica dos efeitos da geocultura do capitalismo na saúde mental**. In: CONGRESSO NACIONAL INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE COLETIVA ON-LINE, 1., 2023. Anais [...]. [S. l.]: IME Events, 2023.

TÓFOLI, Mateus Tomé Ribeiro de. **Subjetividade do fim da história?: um ensaio sobre o realismo capitalista de Mark Fisher, a psicologia e a crise da saúde mental**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/44862>.

VARGAS, Tatiane. **Seminário internacional debate a mercantilização e a medicalização da vida**. Rio de Janeiro: Informe ENSP/Fiocruz, 10 dez. 2024.

VERAS, José Vinicius Barbosa Silva. **O mal-estar e o adoecimento mental nos câmpus universitários: uma abordagem crítica**. IΦ-Sophia: Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica, [s. l.], 23 dez. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.